

ADRIANA GOULART MEDIAÇÃO
DIÁLOGOS DE SENA ORSINI MED
LOGO ELAINE CRISTINA MEDIAÇ
DA SILVA EVOLUÇÃO [ORGS.] M
CONCILIAÇÃO DIÁLOGO EVOLUÇ
JUSTIÇA REFLEXÕES RESTAURAT
AÇÃO ACERCA DO EFETIVIDADE
UNICAÇÃO ACESSO À JUSTIÇA
AUTOCOMPOSIÇÃO PELA VIA VIC
ALTERNATIVAS DOS DIREITOS EV
DIÁLOGOS MEDIAÇÃO SOLUÇÕ
EVOLUÇÃO VOL.2 ADEQUADOS

NCILIAÇÃO DIÁLOGO E EVOLUÇÃO
JUSTIÇA **REFLEXÕES** RESTAURATIVAS
ÇÃO **ACERCA DO** EFETIVIDADE
ICAÇÃO **ACESSO À JUSTIÇA**
TO COMPOSIÇÃO **PELA** VIA VIAC
TERNATIVAS **DOS DIREITOS** E VO
ÁLOGO **MEDIAÇÃO** OS SOLUÇÕES

ADRIANA GOULART MEDIAÇÃO
DIÁLOGOS DE SENA ORSINI MED
LOGO ELAINE CRISTINA MEDIAÇ
DA SILVA EVOLUÇÃO [ORGS.] ME
CONCILIAÇÃO DIÁLOGO EVOLUÇ
JUSTIÇA REFLEXÕES RESTAURATI
IAÇÃO ACERCA DO EFETIVIDADE
UNICAÇÃO ACESSO À JUSTIÇA
AUTOCOMPOSIÇÃO PELA VIA VIC
ALTERNATIVAS DOS DIREITOS EV
DIÁLOGOS MEDIAÇÃO SOLUÇÕES
EVOLUÇÃO VOL. 2 ADEQUADOS



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Os autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtor Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos. Volume 2. ORSINI,
Adriana Goulart de Sena. SILVA, Elaine Cristina da. [ORGS.] - Belo Horizonte: Editora
D'Plácido, 2019.

334 p.

ISBN: 978-65-80444-70-0

1. Direito 2. Direito Constitucional 3. Direitos fundamentais. I. Título. II. Artigos

CDU342

CDD341.2

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

PREFÁCIO..... 13

**1. ACESSO À JUSTIÇA INFANTOADOLESCENTE
PELA VIA DA EDUCAÇÃO
JURÍDICA SUPERIOR**..... 15

Adriana Goulart de Sena Orsini
Elaine Cristina da Silva

**2. NOTAS JUS-ETNOGRÁFICAS SOBRE
OS MICROCÓDIGOS NORMATIVOS
INTRAMUROS ENTRE PRESOS
ESTRANGEIROS**..... 43

Camila Silva Nicácio
Waldir Araújo Carvalho

**3. DEFENSORIA PÚBLICA EM AÇÃO: O
DEFENSOR PÚBLICO COMO AGENTE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**..... 63

Felipe Martins Pinto
Hebert Soares Leite

**4. DA PUNIÇÃO À RESTAURAÇÃO:
PERSPECTIVAS DO ACESSO À JUSTIÇA
SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA JUVENIL
RESTAURATIVA..... 83**

Adriana Goulart de Sena Orsini

Lucas Jerônimo Ribeiro da Silva

**5. MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLUTIVO E A
GARANTIA À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO
DOS VÍNCULOS FAMILIARES E PARENTAIS
(PROEVI) NO MINISTÉRIO PÚBLICO DE
MINAS GERAIS..... 111**

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Isabel Prates de Oliveira Campos

Miriam Queiroz Lacerda Costa

**6. RESOLUÇÃO CONSENSUAL DO
CONFLITO AMBIENTAL..... 129**

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

Beatriz Vignolo Silva

**7. PROCEDIMENTOS PARA AS MEDIDAS DE
PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
INSTRUMENTOS DE ACESSO À ORDEM
JURÍDICA JUSTA E À PROTEÇÃO
INTEGRAL..... 153**

Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau

Daniele Bellettato Nesrala

**8. A MEDIAÇÃO E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE MINAS GERAIS.....187**

Fernando Gonzaga Jaime

Hilda Maria Porto de P. Teixeira da Costa

**9. A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO
COMO PRESSUPOSTO PARA O ACESSO
À JUSTIÇA.....217**

Fabrcio Veiga Costa

Rayssa Rodrigues Meneghetti

**10. O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE
INOCÊNCIA E A IMPOSSIBILIDADE DE
PRODUÇÃO DE PROVAS EX OFFICIO
PELO JULGADOR.....239**

Felipe Martins Pinto

Hebert Soares Leite

**11. REFORMA TRABALHISTA, GRATUIDADE E O
ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS:
A RELATIVIZAÇÃO DA
HIPOSSUFICIÊNCIA.....257**

Tereza Cristina Sorine Baracho Thibau

Camila Figueiredo Alexandre

Elaine Cristina da Silva

**12. ASPECTOS DA FORMAÇÃO
POLICIAL MILITAR.....283**

Adriana Goulart de Sena Orsini

Pedro Doshikazu Pianchão Aihara

13. A MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO APTO A DAR EFETIVIDADE À CONSULTA PRÉVIA PREVISTA NA CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS.....	301
---	------------

Roberta Paes Leme Bousas

Juliana Cabral Lima

AUTORES.....	333
---------------------	------------

Apresentação

É com muita alegria que apresento à comunidade acadêmica o 2º volume da Coleção “Reflexões acerca do Acesso à Justiça pela via dos Direitos”. Trabalhamos com a base teórica do Acesso à Justiça, aquele que defende e propugna que seja realizado de forma efetiva, uma vez que pela via dos Direitos. Os temas são atuais e nos levam a aprendizados e reflexões imprescindíveis à construção contínua dos direitos fundamentais em nosso País.

O livro é originário da produção científica realizada por alunos do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante o 1º semestre de 2018, aliás, como tem acontecido há vários anos, foi ofertada a disciplina “Temas de Teoria do Processo: Acesso à Justiça e Soluções Consensuais de Conflitos” de modo a propiciar um espaço na pós-graduação para o desenvolvimento do tema, de forma consistente, crítica e atualizada. Todos os anos, a disciplina se atualiza em face de novas questões e desafios que a realidade nos apresenta, bem como das pesquisas dos colegas professores da PPGD UFMG e sua interface com o tema central que nos direciona.

A centralidade da temática do Acesso à Justiça nos leva a contínua pesquisa e trabalho no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. As pesquisas que se direcionam a garantir o direito fundamental e humano de forma processual, material e também pela via dos direitos não podem e nem descuram de tratar do Acesso à Justiça. O seu potencial para o debate é inesgotável,

sempre atualizável e atualizado, especialmente em uma disciplina que é oferecida, ano a ano, em um Programa CAPES 6.

Espero que as pesquisas aqui apresentadas sob a forma de artigos colaborarem para o aprofundamento e contínuo trabalho daqueles que se interessam e querem efetivamente pensar e realisar o Acesso à Justiça pela via dos Direitos. Esse é o 2º volume de muitos que se seguirão, como é a nossa intenção, trabalho e legado para a comunidade científica e acadêmica em Minas Gerais e no Brasil.

Contextualizo que a disciplina se insere dentro das várias atividades do RECAJ UFMG - Programa da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais que realiza ensino, pesquisa e extensão em Solução de Conflitos e Acesso à Justiça, sob minha coordenação e orientação. O Programa desenvolve estudos e ações com o objetivo de incrementar o debate acerca do Acesso à Justiça pela via dos Direitos, bem como das diversas formas de solucionar conflitos.

Sou privilegiada testemunha do cuidado, do empenho e da dedicação dos discentes orientados por professores do corpo permanente do PPGD UFMG e oriundos de três das suas linhas de pesquisas, demonstrando a vocação inequívoca para a troca e o diálogo entre as linhas, pesquisas e temáticas nele desenvolvidas.

O objetivo é realizar continuamente o aprofundamento científico, acadêmico e crítico do tema do Acesso à Justiça em nosso país, sempre de modo contemporâneo e responsável, especialmente voltado à solução de problemas sociais e à realização de políticas públicas.

Os debates, as leituras, os textos indicados, as bibliografias básicas e especializadas, além das apresentações, não se desenvolvem em único viés ou com um único olhar. O desenvolvimento do semestre letivo sempre leva em consideração o campo do conhecimento jurídico por estarmos inseridos no Direito, todavia reconhece-se que é imprescindível dialogar e abeberarmos das diversas ciências, como a sociologia, antropologia, economia, ciências políticas, dentre outras.

Como membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, conceito CAPES 6, afirmo ser

essencial trilhar e realizar a ciência do Direito na modernidade, onde o pluralismo jurídico e interlegalidade não sejam apenas conceitos chaves (Boaventura), mas sim, parte do dia a dia de nossas pesquisas e daqueles que tornam o Direito, realidade.

A presente obra é um exemplo da participação inteligente, instigante e profunda daqueles que outrora alunos, aqui autores em seu 2º volume.

Convido todos à leitura e espero que as ideias expostas neste livro os conduzam às suas próprias reflexões, de modo a tornar, sempre, o Acesso à Justiça ainda mais efetivo e pela via dos Direitos.

Adriana Goulart de Sena Orsini
Professora Doutora Associada da Faculdade
de Direito da UFMG.
Membro do Corpo Permanente do Programa de
Pós-Graduação em Direito da UFMG.
Desembargadora Federal do Trabalho (TRT3).

Prefácio

Refletir sobre o acesso à justiça tem sido cada vez mais necessário. Sobretudo no Brasil, um país com tantos “desacessos”, é preciso pensar, debater, estudar e escrever sobre essa temática, tão cara ao Direito e aos direitos.

Os estudos sobre o acesso à justiça devem se tornar letra viva e aplicável para as realidades brasileiras, de modo a contribuir para a constante construção de um País menos desigual e mais justo. Nesse contexto, a acessibilidade a direitos e aos caminhos para efetivá-los tornam-se vias indispensáveis para quaisquer abordagens – teórico ou práticas – que se pretendam transformadoras.

Imprescindível, portanto, que obras como esta circulem com mais frequência, atingindo não apenas quem está na academia, mas, sobretudo, a sociedade. Como aponta Eliane Junqueira (1996), o Brasil tardiamente iniciou seus estudos e políticas voltadas ao acesso à justiça, e, apesar das valiosas contribuições trazidas por Mauro Cappelletti e Bryant Garth acerca das ondas de acesso, tais questões se encontravam distantes das peculiaridades do contexto brasileiro.

Dessa forma, é com grande alegria que recebemos este livro, seja pela riqueza e importância dos temas trabalhados, relacionando o acesso à justiça a aspectos teóricos de extrema relevância, seja pelo contato direto entre os temas abordados e a árida realidade jurídico-social brasileira, levando o leitor à reflexão sobre o acesso à justiça sentido e vivido na prática – ou, ao menos, como devemos buscar que seja.

Os artigos e autores que encontramos nesta obra nos levam a pensar o acesso à justiça em posição de destaque, no ideal de concretização da ordem jurídica justa trazida há tempos por Watanabe (1988), ou mesmo para a efetivação de direitos e participação de todos na conformação do próprio direito, como recentemente apontam Avritzer, Marona e Gomes (2014). Trata-se de temática que permanece instigante e primordial para a concreta realização do direito em nossa sociedade.

Considerando que a acessibilidade à justiça deve ser compreendida numa concepção ampliada, representando, conforme nos indica Francisco Silva Júnior (2010), uma ideia que deve ultrapassar os limites da acessibilidade aos tribunais, incluindo a garantia de direitos fundamentais, a promoção da dignidade humana, a harmonia social, a eliminação da pobreza, a diminuição das disparidades regionais e a proteção das minorias pelo Estado, convidamos o leitor a mergulhar na obra, na certeza de que será de grande valia para o entendimento do acesso à justiça – irrestrito e efetivo – como necessidade imediata na atualidade.

Nathane Fernandes da Silva

Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação
em Direito da UFMG.
Professora Adjunta da Universidade Federal de
Juiz de Fora – Campus Governador Valadares.
Mediadora de conflitos.
Advogada.

AÇÃO NÃO **AUTORES** VIOLENTA

Adriana Goulart de Sena Orsini

Beatriz Vignolo Silva

Camila Figueiredo Alexandre

Camila Silva Nicácio

Daniele Bellettato Nesrala

Elaine Cristina da Silva

Fabrcio Veiga Costa

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jaime

Hebert Soares Leite

Hilda Maria Porto de P. Teixeira da Costa

Isabel Prates de Oliveira Campos

Juliana Cabral Lima

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Lucas Jerônimo Ribeiro da Silva

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

Miriam Queiroz Lacerda Costa

Pedro Doshikazu Pianchão Aihara

Rayssa Rodrigues Meneghetti

Roberta Paes Leme Bousas

Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau

Waldir Araújo Carvalho

